

## **Governo Lula – Seis meses em defesa do Brasil, da democracia e do povo brasileiro**

Os seis primeiros meses de Governo do Presidente Lula apresentam um cenário complexo da luta política na sociedade brasileira. As principais pesquisas apontam que a polarização que se estabeleceu desde o processo eleitoral que elegeu Bolsonaro e se consolidou na eleição que deu vitória a Lula, se mantém viva.

A fotografia do dia da vitória encontrou pouca, ou praticamente nenhuma mobilidade entre aqueles que apoiaram nosso projeto nas urnas, os que apoiaram Bolsonaro e o bolsonarismo, com destaque para um centro ainda resistente às nossas iniciativas.

O momento de virada de chave para a defesa da democracia brasileira, frente aos atos violentos e terroristas protagonizados pelo bolsonarismo, ficou expresso no ato de unidade dos poderes da República, liderado pelo Presidente Lula, soterrando toda e qualquer condição golpista ainda existente ao pós 8 de janeiro.

Mas este símbolo da unidade não foi o suficiente para gerar uma mobilidade de setores de centro que apoiaram o ex- presidente. A reconstrução do Brasil e de sua democracia nos exigirão esforços cotidianos voltados ao reestabelecimento de diálogos, para que possamos criar pontos de encontro em um programa que recoloca o Brasil no caminho da superação das desigualdades, com soberania e democracia.

Mas essa não será tarefa fácil, pois pela primeira vez, experimentamos uma oposição de direita e de extrema direita organizada, com base social e inserção nos diferentes territórios e setores sociais, atuando como protagonistas de uma disputa que vai além da política, que é ideológica e cultural.

O que ocorre no Brasil, infelizmente não está despregado de um cenário internacional onde vemos o crescimento da direita e da extrema direita de forma orgânica em diferentes países do mundo, como recentemente na Itália, Espanha e Alemanha.

Esta polarização marca de forma substantiva o Congresso Nacional, que apesar dos dedicados esforços da articulação política do Governo e do Congresso, faz com que ainda naveguemos em mares turbulentos, particularmente na Câmara dos Deputados, onde não há uma base parlamentar consolidada, e para garantir vitórias, muitas vezes, há a necessidade da flexibilização de pontos importantes para nosso projeto.

Outro aspecto importante do cenário de disputa política é a manutenção e o fortalecimento de um sistema comunicacional operado pelos setores oposicionistas, em especial, pela extrema direita, ancorado na disputa ideológica e de valores, na guerra cultural e nas Fake News.

Nesse período, nosso Governo, de forma assertiva, sob a liderança do Presidente Lula, se dedicou a devolver ao Brasil um conjunto de políticas públicas inclusivas que dialogam de forma direta com setores mais excluídos social e economicamente e que compõem nossa base de apoio nesse último período.

Programas como Bolsa Família, Mais Médicos e Minha Casa Minha Vida são marcas positivas que inspiram confiança na condução do governo, associada a medidas direcionadas à redução dos preços dos combustíveis, gás de cozinha e alimentos, somados à renda, com crescimento real do poder de compra da população, geram uma sensação positiva na sociedade.

O enfrentamento público do Presidente às taxas abusivas de juros praticadas pelo Banco Central recebeu apoio de ampla maioria da população, fortalecendo a confiança no posicionamento do governo em defesa do povo, contribuindo para gerar expectativas positivas sobre o futuro da economia e da vida da população.

A Reforma Tributária aprovada nesta semana, irá contribuir de forma especial para alcançarmos justiça tributária com retomada do desenvolvimento, estimulando setores produtivos, impulsionando a geração de empregos, ampliando a renda e as condições de vida da população.

Dentre os desafios para o nosso governo no próximo período estão o de consolidar a base social de apoio e o de conseguir mobilizar setores médios, posicionados ao centro, por meio de políticas, projetos e ações que lhes impactem de forma direta.

Tanto o governo como o partido, devem priorizar o diálogo com a população negra, com as mulheres, com as juventudes e com as populações periféricas que sofreram de forma mais direta os impactos das políticas neoliberais, de redução do Estado e dos direitos, durante os governos do pós-Golpe, de Temer e Bolsonaro.

E nosso governo, deve sinalizar aos setores de médios empreendedores urbanos e rurais, trabalhadores precarizados, mulheres chefes de família e mulheres evangélicas, jovens, em especial de periferia, que o nosso projeto tem compromisso em enfrentar temas que são essenciais para suas vidas.

Nesse sentido, devemos ter um olhar especial para a política de Educação, fortalecendo o compromisso com seu caráter público, gratuito, e fundamentalmente inclusivo, enfrentando os desafios formativos e curriculares

a partir de concepções ideológicas humanistas e democráticas que devolvam à educação a potência da formação de novos cidadãos, por meio de valores fundados na Democracia e nos Direitos Humanos, de forma articulada com a retomada do debate sobre gestões democráticas, com valorização dos profissionais da educação, e com elaboração de currículos de forma participativa, em diálogo profundo com as comunidades escolares e com os públicos beneficiários.

A política educacional brasileira deve compor a estratégia de desenvolvimento nacional, formando as gerações futuras sem sucumbir a fórmulas meritocráticas, nem a demandas conjunturais dos mercados, mas sim possibilitando aos estudantes uma formação integral e crítica, aportando conhecimentos e o acesso a ferramentas que possibilitem atuar de forma autônoma em diferentes cenários sociais.

No plano internacional, a retomada de relações diplomáticas de outra qualidade, reposicionando o País a partir do protagonismo do Presidente Lula, que tem estabelecido um diálogo respeitoso e altivo sobre o papel do Brasil nos temas fundamentais para o futuro do planeta como a defesa do meio ambiente, da Amazônia e dos povos originários ao lado do enfrentamento à desigualdade social, mexem com o tabuleiro da geopolítica mundial e devolvem credibilidade ao Brasil.

Nestes seis meses, o Presidente Lula reafirmou o compromisso com uma nova matriz de desenvolvimento - de forma sustentável, com a soberania nacional, ao lado da defesa da autodeterminação dos povos, do fortalecimento da cooperação e da articulação Sul-Sul, bem como com a defesa da multipolaridade nas relações internacionais e com a Paz Mundial.

Espaços estratégicos como a Presidência dos Brics, a Presidência do Mercosul, a Presidência do G20 a partir de dezembro deste ano, e a retomada do protagonismo em fóruns internacionais como a COP contribuem para uma nova reinserção do Brasil como player estratégico para a transição econômica e geopolítica mundial.

### **PT - disputar o presente e construir o futuro**

Esse cenário demonstra que precisamos produzir respostas de outra qualidade na disputa política, não repetindo erros cometidos em governos anteriores, onde promovemos um processo de inclusão econômica pelo consumo de forma acrítica.

Mais do que ampliar a aprovação do Presidente e do Governo, precisamos consolidar o apoio e a fidelidade de uma base social popular com valores democráticos, de justiça social e solidariedade.

A sustentação, o êxito e a manutenção do nosso projeto passam pelo papel que o PT irá cumprir no próximo período, junto ao governo, compreendendo este, como um governo de coalizão e pelo papel que nosso partido cumprirá junto à sociedade.

Junto ao governo, o PT deve cumprir a tarefa de guardião de um programa de mudanças estruturantes no país, voltadas à superação das desigualdades sociais históricas, estabelecendo disputas programáticas.

Junto à sociedade, nosso partido deve ser o principal agente de mobilização, organização e formação de amplos setores sociais visando um ativismo crítico, capaz de ir além da defesa do governo, servindo de força de pressão acerca de pautas que nos são caras, e que de forma contraditória, não terão no governo a referência de defesa.

O PT deve se dedicar a aprofundar nossa presença de forma substantiva nos diferentes territórios e setores da sociedade, em articulação com as demais forças de esquerda - movimentos sociais e partidos políticos, bem como com setores progressistas e democráticos.

Neste sentido, é fundamental que pensemos os Comitês Populares de Luta como espaços estratégicos para esta construção ao lado de nossas setoriais e núcleos de base, com processos formativos por meio do Nova Primavera, agendas e tarefas para cada período.

Ao tempo em que, precisamos compreender que a disputa em curso é cada vez mais sofisticada, travada em diferentes territórios, e o território da comunicação, das redes sociais, e do meio virtual tem um peso fundamental, onde são utilizados recursos de guerra cultural por meio de um conjunto de ferramentas tecnológicas.

Nossa comunicação partidária tem avançado muito nesses últimos anos, mas todos os esforços técnicos, tecnológicos e financeiros serão insuficientes se não nos dedicarmos a alterar os modelos de comunicação, superando a fragmentação de mensagens, hierarquizando iniciativas e constituindo linhas narrativas com identidade e ação unificada nos diferentes espaços como o partido, os movimentos sociais, o governo, junto às lideranças, além de formar e organizar um forte ativismo comunicacional e digital.

Outro aspecto importante é em diálogo com o governo, termos ferramentas como o Casa 13 e o PT Argumento que possam disponibilizar informações e dados atualizados das realizações do governo federal em cada território.

Se não enfrentarmos estes desafios no campo da comunicação, nossas condições de disputa estarão fragilizadas.

## **2024 – consolidar para ampliar**

As próximas eleições serão fundamentais neste cenário para que possamos fortalecer e ampliar os espaços de escuta e disputa de narrativa sobre o nosso projeto e governo.

Com esta base de apoio parlamentar frágil, com uma frente ampla rarefeita, não há como pensarmos um processo eleitoral sem a presença do PT na disputa dos principais colégios eleitorais do país, estabelecendo contato direto com nossa base social.

As candidaturas próprias serão estratégicas para o debate político local, para a disputa de narrativa, com visibilidade, presença e força nos territórios e nos meios de comunicação.

Estas candidaturas, por óbvio, não devem ser artificiais, devem ser representativas de condições reais de disputa, com capacidades agregadoras, capazes de unificar a esquerda e setores progressistas, não descapitalizando, mas contribuindo para o êxito do nosso governo e acumulando no âmbito local para os processos de 2026, nos estados e nacionalmente.

A definição das nossas táticas eleitorais devem considerar as forças políticas que expressam alinhamento ao nosso governo, priorizando alianças programáticas, levando em conta as realidades locais e regionais, as construções e diálogos existentes, bem como as últimas experiências eleitorais em cada município.

Além disso, devemos primar por sinalizar à sociedade o nosso compromisso com o futuro do nosso projeto, a partir do fortalecimento de novos quadros e de novas lideranças políticas, criando condições para uma corajosa transição geracional, de gênero e de raça nas nossas representações.

Isso implica orientarmos a constituição de chapas proporcionais que sejam representativas da diversidade da construção do nosso partido, com a manutenção de políticas afirmativas relacionadas às mulheres e à população negra.

Devemos fazer o debate fraternal com os demais partidos da nossa Federação, reconhecendo suas lideranças e potencialidades, sem que haja comprometimento das reais potencialidades do nosso partido e de nossas lideranças no âmbito local.

## **Contribuição Socialismo em Construção**